



# Anais da Assembleia

Nº 39

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 05ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Lourenço Fregonese.

As dezesseis horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Cezar Silvestri, Domingos Carvalho, Emília Belinati, Hermas Brandão, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra e Rossoni (08). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, o

adiamento de discussão e votação das Mensagens Governamentais números 16, 17, 18 e 19, distribuídas em 14 de abril do corrente, por cinco (05) sessões.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

### JUSTIFICATIVA:

É absolutamente impossível o estudo e apreciação de quatro mensagens que tratam de tema tão importante, como é o reajuste dos servidores públicos estaduais do Paraná, tendo-se recebido apenas um dia antes de sua apreciação pelo Plenário.

As Mensagens referidas modificam uma série de leis, implicando em alteração de tabelas de vencimentos que exigem pesquisa, estudo, consultas às categorias envolvidas para que se possa ter um mínimo de consequência no encaminhamento do assunto em tela.

Votar hoje a matéria, no afogadilho, significa correr o risco de cometimento de injustiças irreparáveis.

Isto posto, conclamamos a todas as bancadas que somem-se conosco na aprovação deste requerimento, garantindo-nos o direito de estudar as Mensagens com precisão, dando a oportunidade para que esta Casa possa apresentar as emendas que achar conveniente, a fim de que possa restabelecer aos servidores deste Estado a dignidade que lhes é devida.

#### REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário com base no artigo 86 do Regimento Interno, a prorrogação por mais duas horas e trinta minutos (2:30), para discussão e votação da matéria constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI,

SEVERINO FELIX,

DURVAL AMARAL,

DOBRANDINO DA SILVA e

EURIDES MOURA.

#### REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Senhor Governador, Roberto Requião, solicitando que o reajuste ora em tramitação nesta Casa, se-

jam pagos aos servidores em folha complementar, até o dia 10 de maio de 1992.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

**JUSTIFICATIVA:**

Um dos argumentos para se votar as mensagens governamentais distribuídas ontem, em sessão extraordinária é para que o reajuste pudesse ser incluído na folha de pagamento deste mês.

Ora, o servidor terá muito mais benefício se tiver conhecimento com antecedência do que será colocado em apreciação na ALEP que lhe diz respeito e ter garantido o direito de no máximo até o dia 10 do mês seguinte ele receber seu reajuste. Desta forma os próprios servidores poderão estudar as mensagens, conversar com os Deputados e ajudar na compreensão de matéria tão complexa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação das Mensagens Governamentais n°s 16, 17, 18 e 19, distribuídas em 14 de abril do corrente, por 05 (cinco) sessões. Retirado pelo autor.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PT, nós retiramos o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 95/92 - de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 16/92, que dispõe sobre reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela C.L.T., como da remuneração dos servidores Militares do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F. (Publ. no D.A. n° 36, de 14.04.92 - Mens.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N° 095/92**

**P A R E C E R:**

Oriundo da Mensagem Governamental n°

Curitiba, quarta, em 15.04.92

16/92, o presente Plano de Lei visa o reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela C.L.T., assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

Sobre o aspecto constitucional e legal da matéria a que cabe a esta Comissão opinar e analisada a exposição de motivos apresentada na Mensagem supracitada que cita que o reajuste nela contido foi concedido de modo diferenciado a fim de diminuir as distorções salariais existentes entre as diversas categorias funcionais do funcionalismo público, tentando minimizá-las. Justifica, ainda, o Governo que elegeu como prioritárias as áreas de educação, segurança e saúde.

Contudo, nos cabe ressaltar o preceito contido no inciso VI, do § 1º, do art. 33 da Constituição Estadual, que cita como fundamento o tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere a concessão de índices de reajustes ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à Aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LOURENÇO FREGONESE

Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PROJETO DE LEI N° 095/92**

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 16/92, dispõe sobre o reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela C.L.T., assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Su-

pressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO

#### PROJETO DE LEI Nº 095/92

Art. 9º - Os servidores que por força de decisão judicial tiveram incorporadas vantagens aos seus salários, ou que, por adequação de reajustes, quando da transferência de órgãos da Administração Indireta para a Direta, possuam salários que extrapolam o valor final da classe correspondente ao cargo ocupado serão enquadrados na referência 11 do respectivo cargo, após a aplicação do índice de 30% (trinta por cento), sobre os valores vigentes em março de 1.992.

Parágrafo Único - Os salários dos servidores que, após aplicado o disposto neste artigo, extrapolarem o valor de referência 11, permanecerão nessa situação, sujeitos apenas aos próximos reajustes gerais.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamto: Ademar Traiano, Albino Corazza, Osvaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Nelson Justus, Dalton Machuca e Rafael Greca de Macedo.

#### JUSTIFICATIVA:

A nenhum dirigente do Estado, por maior que seja sua relação de PODERIO, compete alterar, mudar, destituir, suprimir, ou tomar atitudes ou atos que passem por cima de decisões judiciais, isso contraria frontalmente o sistema jurídico vigente e transporta para uma esfera maior a competência de Poderes, fato que nenhum dos nossos Tribunais aceita.

O artigo 9º e seu parágrafo constitui uma afronta a Magistratura do Direito, aos Acórdãos e Apêndices, Jurídicos, daí a razão da nossa emenda supressiva.

Se deixarmos esse artigo, corremos o risco de futuramente sermos incluídos por quaisquer dos órgãos judiciais como OMISSOS da razão e do pleno conhecimento das causas comuns do direito.

Se a justiça - força maior dos códigos - não for respeitada pelas Autoridades, no caso mais especificamente o Governador, então não será preciso tampouco nenhuma Constituição.

É a nossa Justificativa.

Em votação

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Discutir) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós aqui não desejamos discutir somente o primeiro Projeto que está colocado na Ordem do Dia, mas sim expressar a nossa opinião sobre todos os projetos colocados na Ordem do Dia. Todos os dias praticamente, todos nós Deputados somos interpelados por servidores públicos, somos interpelados por associações dos servidores públicos ou por sindicatos, que nos trazem sempre reivindicações gerais ou específicas dessa categoria. Todos os dias praticamente, dá para se dizer que a lamentação é a mesma, é a miséria dos salários pagos pelo Poder Executivo. E o achatamento salarial que o Governo do PMDB tem feito com os servidores públicos. E há a mesma queixa de que não existe canal de negociação com o patrão. Não existe transparência na administração pública. E nós do Partido dos Trabalhadores temos concordado.

E nesse momento, não nos cabe ficar calado e portanto faremos uma pequena retrospectiva do que tem ocorrido na administração pública do Senhor Roberto Requião, sustentado pela Bancada Governista da Assembleia Legislativa.

Em setembro de 91, o servidor público teve a primeira reposição de perda salarial de 20%, enquanto o Secretariado teve cerca de 70% de reposição. Como coisa que, naquele período a inflação, o custo de vida para o Secretariado era maior do que para o servidor, o humilde servidor.

Em dezembro de 91, diz o Senhor Governador, aí sim ia recompor os salários e faz um reajuste, variando de 100 a 330 e o Líder do Governo, vai à tribuna e diz que agora o servidor vai ganhar bem.

E quando veio o reajuste em Janeiro eles percebem os míseros 10 ou 15 mil, a mais do que um salário mínimo, e o pior salário mínimo da história do Brasil, o salário mínimo do Governo Collor.

Mas diz que recompôs as perdas e iria aparar as diferenças trazendo a isonomia aos trabalhadores.

Agora, vem abril de 92, a inflação é diferente, umas categorias tem 30%, outras 61% e a inflação para o Secretariado, os Coronéis e os cargos de confiança é muito maior do que a inflação do humilde trabalhador, é de 108%.

Explique Renato Adur, explique Trevisan, explique Dobrandino e Durval Amaral, porque é que o Secretariado tem 108% e o servidor tem 30%. Será que o Secretário vive num outro País onde a inflação é superior, o custo de vida não é o mesmo, expliquem e nos convençam de que isso é justo, de que isso é justiça o que o Governo Requião tem feito com o servidor público, expliquem as tabelas que estão colocadas, porque eu tenho absoluta certeza que boa

parte dos Senhores Deputados não chegou a ler, quem leu não conseguiu entender, porque a leitura foi feita muito rápida.

A atual Mensagem ela é inconstitucional porque diz em reajustes e não em reclassificação de cargos e salários, porque a reclassificação também já veio com o nome de reajuste em dezembro, e sempre vem com este nome e sempre recompõe poderes aquisitivos de acordo com quem interessa ao Senhor Governador.

O Senhor Governador, democrata que só ele, acaba com a data-base dos servidores, por decreto, para não ter obrigação de discutir com servidores e recompor as perdas salariais.

Democrata que só ele, e a sua Bancada neste Parlamento, transforma às Fundações em autarquias e em desrespeito a todas as data-bases e tudo que foi ganho na Justiça, jogando para o precatório!

Democrata que só ele, não houve os servidores e dá os mínimos salários, mas ouve o Secretariado e lhe dá reajustes superiores à inflação!

Autoritário que só ele não remete às Mensagens no seu devido tempo, remetendo em vésperas de feriado com a argumentação que tem que ser votado em Regime de Urgência pensando que vamos baixar a cabeça e dizer: "Sim Senhor, Senhor Sim", e votar no que ele quer, sem questionar e sem ler! Nós do PT podemos ficar aqui 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> sábado e discutir tudo que deve ser discutido, não temos problemas, e aí poderemos corrigir o que for necessário e votar como manda porque os companheiros servidores precisam receber o salário a tempo.

Tais Mensagens passam rapidamente por algumas Comissões, passaram pela C.C.J. com todo o problema que ocasionou inclusive a renúncia do Presidente e Vice-Presidente daquela Comissão, o que significa que há contradição nesta Mensagem.

Faltam em muitas destas Mensagens e Projetos os Pareceres das Comissões de Finanças e Orçamento que são diferentes e os Senhores membros destas Comissões não conseguem nos responder, em valores absolutos, qual é o dinheiro que há no Caixa, do Tesouro do Estado, no mês de março.

Em valores absolutos quanto custa a folha de pagamento dos servidores, valores absolutos e percentuais, estes reajustes vão refletir em quanto, nessas folhas de pagamento? Ou eles não sabem? E se alguns dos membros destas duas comissões, Orçamento e Finanças, souber eu desafio em ir à Tribuna e nos dizer, para que a gente possa ter bem o pé no chão e a consciência para poder votar corretamente!

Porque eu duvido que saibam! Só sabem dizer "sim Senhor", ao ditador de plantão do Palácio Iguaçu!

Isso eu tenho certeza, não sabem, in-

clusive o Senhor nobre Deputado, não sabe; porque se soubesse iria à Tribuna para dar as explicações que eu estou pedindo. Não sabe, isso eu tenho certeza.

Não sei, por isso, eu estou pedindo explicações, nobre Deputado Pessuti, não sei, e eu não sou vaquinha de presépio para votar naquilo que eu não sei.

Quero explicações porque eu sei se Vossa Excelência não sabe dar, Vossa Excelência só sabe cumprir ordens que o Senhor Governador lhe dá, não consegue dizer não nenhuma vez porque tem medo de perder o cargo de liderança da Bancada!

Morre de medo de perder a teta que mama, no poder ao lado, no Palácio Iguaçu.

E necessário que todos os reajustes sejam discutidos com a comunidade e principalmente com este Poder Legislativo também, porque é aqui que vamos ter que votar.

E necessário democratizar como aqui chegam são discutidas essas Mensagens.

Quero lembrar aos Deputados que quando fui candidato a Deputado o meu "slogan" era: "chega de circo porque o trabalhador não é palhaço". E eu estou me sentindo um palhaço com aquilo que querem fazer aqui.

Eu não aceitarei e direi: chega de circo porque nessa eu não entro, não entro porque eu não sou palhaço de governo nenhum, de maioria nenhuma, de Bancada nenhuma. Eu não aceito a canga e por isso eu falo e não me calo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão, em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos, pela segunda vez nesta Casa, levantando a discussão de que somos encurralados pelo Poder Executivo, pela Bancada que aqui lhe dá sustentação e podemos dizer, até pela Mesa da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não pode dizer nada. Não admito que Vossa Excelência duvide da Presidência e da Mesa.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - A discutir no afogadilho projetos dessa natureza. Ocorreu isso aqui quando se discutiram a transformação das fundações em autarquias. O Governador manda um pacote para a Assembléia Legislativa, quando já, no final do período legislativo, convocando também extraordinariamente sem condições de discutir nada com a sociedade.

Os Projetos que aqui estão são de alta relevância, como eram aqueles.

Alguns dias passados ouvimos naquela Tribuna o Líder do Governo, anunciar que

o Governador estaria mandando para esta Casa, a Mensagem do aumento dos Servidores e, com muita alegria, o Deputado Pessuti fazia isso. Isso deve fazer uns 15 dias e eu agora comecei a lembrar que eu acho que foi no dia 1º de abril. Porque o que nós vimos nas Mensagens vindas hoje não é reajuste dos Servidores Públicos, mas é um calhamaço de Projetos, de mudanças de tabelas, um monte de coisa que, como já foi dito por alguns dos Senhores Deputados, nem os próprios Deputados do Governo, ou melhor, vimos aqui, entrou hoje, na Assembléia, algumas das Mensagens que estão já na Ordem do Dia.

Nesse sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero dizer que esta Assembléia, este Poder não é reboque.

Reboque para quem não sabe é aquele rodado de pneus que vai atrás de um caminhão de tora, onde é apoiada com a madeira em cima e ele é levado por onde o motorista quer, talvez até para a grotta, para o buraco, para o acidente, não sei para onde, o que nós não vamos é submetermo-nos a esse nível com relação a essas Mensagens.

Apresentamos à Mesa um Requerimento que o retiramos, pedindo o adiamento por 5 sessões, desses Projetos.

Tem ainda, um requerimento da Mesa, solicitando que esta Assembléia encaminhe ao Senhor Governador, solicitando que se faça uma folha complementar e que se pague essa diferença até o dia 10 e que por 10 dias mais, os servidores, se estão enforcados, como disse o Pessuti, não é nesses 10 dias que vão morrer porque dali de cima agora há pouco um servidor gritou que já estão desde o começo do ano ou desde o ano passado.

Então se já se está há um ano ou dois ou mais com a corda no pescoço, não são mais 10 dias que vão matar o servidor.

Mas que se pudesse e que se possa dar discussão nesta Casa a esses Projetos de Lei.

Nós não vamos votar. A nossa Bancada não vai carregar nas costas este ônus de irresponsabilidade, na nossa avaliação.

Nós vamos nos retirar desta Sessão Extraordinária e ninguém ouse a dizer que o PT está atrapalhando o aumento dos servidores, porque se isso fosse feito, essa crítica deve ser dirigida ao Palácio e à Bancada que vai aprovar isto, no afogadilho, porque tinha tempo suficiente para mandar esses Projetos à Casa.

Se o Governo não consegue se entender e as suas brigas internas lá nas Secretarias fazem atrasar o Projeto para chegar aqui e faz chegar aqui no momento de que está se afunilando feriados, e daí se usa o argumento esfarrapado de que vamos atrapalhar o aumento dos salários dos servido-

res, isso é uma das desculpas mais esfarrapadas possíveis, e que nós não admitiremos e de forma nenhuma, vamos deixar de votar esses Projetos porque não concordamos com o aumento.

Queremos sim o aumento justo, e muito mais do que isto que está aí e não da forma como o Governo encaminha para cá, estas Mensagens.

Como bem disse o Deputado Colombino Grassano, nós estamos aqui para trabalhar, para votar, se for preciso vamos ficar aqui durante o fim de semana, durante a Páscoa.

Eu quero solidarizar-me com o pronunciamento do Deputado Colombino Grassano, porque muita coisa se faz aqui no afogadilho, ou empurrado com a barriga.

E que se estamos recebendo um salário, condenado por nós, e que entendemos que é muito bem pago, não podemos agora em razão de um feriado, atropelarmos aqui uma votação que é de grande importância para milhares de servidores neste Estado do Paraná.

Por esta razão, por não haver acatado as nossas questões de ordem, os nossos pedidos para que isso não se faça no afogadilho e desta forma como se está fazendo, nós não vamos votar esses Projetos, vamos nos retirar da Sessão.

E eu repito, não é por culpa do PT, se alguém ouvir dizer isso que vire a metralhadora para o lado do Palácio, ou para a Bancada que está aqui, ou quem ficar aqui para votar isso e que vai concordar com esse tipo, eu diria, esfarrapar, levar a reboque, colocar o Poder Legislativo no bolso, fazer dele o que quiser.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado

Ovídio, participou da Comissão de Justiça, assinou o Parecer e não levantou questão de ordem nenhuma nessa reunião, agora tardiamente vem aqui reclamar do comportamento da Mesa.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - A

Comissão de Constituição e Justiça se reuniu ontem da mesma forma como se está fazendo essas sessões aqui hoje, atropelada.

Quando se recebeu na Sessão Ordinária da CCJ, às três e trinta, informações que os projetos estariam na Casa e que deveríamos nos reunir, saímos aqui da Sessão sem nenhum tempo para analisar os projetos, quando as assessorias tiveram que fazer o seu parecer e na sequência, diretamente da sessão, fomos para a Comissão de Constituição e Justiça cumprir a função, e que em nenhum momento se questionou e aqui

é o momento e é o fórum de debates, quando na Comissão de Constituição e Justiça, atropeladamente, como se exige às vezes da mesma forma ser realizada a reunião, ontem.

Por isso, nós nem sequer tivemos poder e tempo para ter conhecimento das mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A justificativa é meio esfarrapada, mas que vá.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Como também as suas.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós da Bancada do PRN, encontramos, como de resto, todos os Deputados entre a cruz e a espada. É evidente que o Parlamento tenha que falar, e nós, a história tem demonstrado que por diversas vezes as votações de afogadilho criaram e rapidamente a história já nos provou resultados funestos. Nós tivemos aqui o caso do BADEP, o caso do ICMS, onde o Secretário das Finanças, com muita lucidez, nos ajudou a recuperar, a sanar o erro que nós mesmos tínhamos cometido aqui.

Portanto, tínhamos e temos os mecanismos para discutirmos, para reivindicarmos. No entanto, também a História comprova que nunca ocorreu mensagem alguma do Governo, principalmente no tocante a aumento de salário, aumentado por esta Casa.

Jamais ocorreu.

O Deputado Rafael Greca demonstrou aqui, com muita lucidez, que a situação do funcionalismo é, como de resto de todo o País, de penúria. Se não votarmos, o funcionalismo poderia, injustamente, dizer que os Deputados estariam atrasando o aumento irrisório do seu salário, dos seus proventos.

No entanto caberia, sem dúvida, uma discussão muito mais ampla, não em cima do feriado, para que pudéssemos, como em outros casos, debater com calma, cautela, equilíbrio, para que pudéssemos talvez pelo menos ter como justificar aos funcionários públicos e o porquê deste aumento.

Esta oportunidade não tivemos e não estamos tendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Sr. Deputado Orlando Pessuti e outros Srs. Deputados...

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É extremamente grave o que trago ao conhecimento de Vossa Excelência.

O Projeto de Lei nº 98/92, de autoria do Poder Executivo, não foi apreciado na reunião de ontem da Comissão de Constitui-

ção e Justiça. Tenho em mãos a ata daquela sessão, que não consta a apreciação desta matéria. Mesmo porque, na manhã de hoje, transmiti em meu gabinete a instrução para que encaminhasse ao Departamento Legislativo a Mensagem Governamental nº 98/92; porque entendia, até ontem, que esta matéria não teria necessidade de ser votada com tamanha urgência, porque não implicava em simples aumento do funcionalismo público.

Para meu espanto está na Ordem do Dia com parecer favorável da C.C.J. e apenas um falso parecer que contém minha assinatura na ordem não natural, firmada pelo Sr. Relator Deputado José Tavares, e que não foi, esta matéria, apreciada na C.C.J.

É um fato extremamente grave para o qual solicito a Vossa Excelência que tome as providências necessárias para identificar o autor desta fraude, que não pode ficar impune, porque é matéria importante, numa sessão importante como está ocorrendo no dia de hoje.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, quero esclarecer. Esta folha - estou vendo à distância - tem a minha assinatura também. Esta folha correu na semana passada, pela secretária da Comissão, para ser assinada. Não deve ter sido apreciada a matéria, mas a folha passou de Deputado em Deputado, para ser assinada ontem, na sessão. A assinatura é minha, eu assinei este papel.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

Procede em parte a questão de ordem. Realmente a Comissão de Constituição e Justiça não deu parecer. Não houve fraude, não houve malícia. Houve uma incompetência... Mas há parecer da Comissão de Finanças.

Entretanto, a Mesa retira da Ordem do Dia o referido projeto.

Em votação o requerimento dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Severino Félix, Durval Amaral, Dobrandino da Silva e Eurides Moura, constante do expediente, solicitando, com base no art. 86 do Regimento Interno, a prorrogação por mais duas horas e trinta minutos, para discussão e votação da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão extraordinária. - Aprovado o Projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 96/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 17/92, que dispõe sobre a remuneração e vantagens dos integrantes das carreiras policiais civis do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 36, de 14.04.92, Mens.)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 96/92

P A R E C E R:

É objeto de nossa análise o Projeto de Lei Complementar n° 96/92, de autoria do Poder Executivo Estadual, encaminhado a esta Casa através da Mensagem n° 17/92, de 13 de abril de 1992.

Pretende a matéria alterar a Lei Complementar n° 35, de 24 de dezembro de 1991, fixando em 40% (quarenta por cento) a gratificação pelo regime especial de trabalho policial - RETP a ser calculada exclusivamente sobre o vencimento básico; incorpora todo e qualquer valor excedente; determina revisão automática dos proventos e pensões que tenham por base de cálculo os vencimentos dispostos no art. 1° do Projeto de Lei Complementar.

Sob o aspecto jurídico, a propositura observa os preceitos contidos no art. 66, inciso I, combinado com o art. 53, inciso VIII, da Constituição Estadual.

Nesse sentido, concluímos pela constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar n° 96/92, motivo que nos leva a manifestar nosso parecer favorável à sua aprovação, encontrando-se em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 96/92

P A R E C E R:

O plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 17/92, dispõe sobre a remuneração e vantagens dos integrantes das carreiras policiais civis do Estado, conforme específica.

A medida proposta recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 97/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 18/92, que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a partir de 1° de abril de 1992, reajuste de 50%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 36, de 14.04.92, Mens.)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 97/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 18/92, objetiva o projeto de lei em questão conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1° de abril do corrente ano, reajuste de 50% (cinquenta por cento).

Analisando-se a constitucionalidade da matéria, verifica-se que atende plenamente aos ditames constitucionais, no tocante à iniciativa legislativa. Quanto aos aspectos de juridicidade e de técnica, também não se encontra qualquer óbice.

Desta forma, somos de parecer favorável à matéria e à sua conseqüente tramitação e aprovação por esta Casa.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OSWALDO TREVISAN

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PROJETO DE LEI N° 97/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 18/92, o projeto de lei em tela visa conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1° de abril de 1992, reajuste de 50% (cinquenta por cento).

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer manifestou-se favorável à sua aprovação.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças segue o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 98/92 - de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 19/92, que institui a gratificação de apoio Educacional à gratificação pelo local de exercício no período noturno, a se-



rem atribuídas conforme especifica aos professores e especialistas de educação do Magistério Público de 1º e 2º graus. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. nº 36, de 14.04.92, Mens.).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 098/92

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

Designado a votar esta matéria em anexo, analisando-a concluo pela sua aprovação, tendo em vista que a mesma atende as preliminares de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 098/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 019/92, objetiva instituir a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme especifica, aos professores e especialistas de educação do magistério público de 1º e 2º graus.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer FAVORAVEL, opinando pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com relação à decisão que V.Exa. tomou em instantes, como o Projeto nº 98/92, segundo informações do Deputado Durval Amaral, que pertence à Comissão de Justiça, este Projeto recebeu Parecer Verbal durante a Sessão da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria já foi decidida pela Mesa. O Projeto está retirado da Ordem do Dia.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 99/92 - de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA - Of. nº 358/92 - que reajusta a partir de 01/04/92, os níveis de vencimentos dos

Curitiba, quarta, em 15.04.92

cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, bem como os salários de pessoal regido pela C.L.T., do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, conforme especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 099/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as Funções Gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em março de 1992, ficam, a partir de 01 de abril de 1992, reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 1.072,60 (um mil, setenta e dois cruzeiros e sessenta centavos) e o valor da pensão especial para Cr\$ 19.121,75 (dezenove mil, cento e vinte e um cruzeiros e setenta e cinco centavos).

Art. 3º - O valor da gratificação de produtividade fica reajustado para Cr\$ 33.441,20 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros e vinte centavos).

Art. 4º - Os valores das gratificações de representação de gabinete ficam reajustados em 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento).

Art. 5º - A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 099/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, objetiva reajustar a partir de 01/04/92, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, e as funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, bem como



os salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, conforme específica.

Chamada esta Comissão a opinar sobre o aspecto legal e constitucional, entende que a matéria em questão é constitucional, já que, obedece o preceito estabelecido no § 2º, do art. 114, da Constituição Estadual, que dá competência ao Ministério Público de propor a fixação dos respectivos vencimentos.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 099/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, (Ofício nº 358/92), tem por finalidade reajustar a partir de 01/04/92, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, e as funções gratificadas dos servidores civis ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 100/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. nº 592/92, o qual reajusta os níveis de vencimentos, os salários dos Auditores e Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas do Estado em 46% a partir de 01.04.92. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F. Aprovado.

##### PROJETO DE LEI Nº 100/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1º - Os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, em face do disposto no art. 2º da Lei Estadual nº 9366, de 12

de novembro de 1990, ficam reajustados em 46% (quarenta e seis por cento), a partir de 1º de abril de 1992.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros previstos no art. 1º revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 100/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Contas, visa reajustar a partir de 1º de abril de 1992, os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Analisada a matéria sobre o aspecto constitucional e legal a que cabe a esta Comissão opinar, nada encontrou a mesma que possa impedir a sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

Sendo assim, é o nosso PARECER FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 100/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o presente Plano de Lei, objetiva reajustar a partir de 1º de abril de 1992, os níveis de vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Visto o aspecto constitucional e legal da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, posicionou-se esta pelo PARECER FAVORÁVEL por nada encontrar que obstasse a tramitação da matéria.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o assunto de conformidade com o Regimento Interno desta Casa, posiciona-se pelo mesmo entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, somos pelo PARECER FAVORÁVEL à Aprovação do Projeto de Lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 101/92,

de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 593/92, que reajusta a partir de 01.04.92, os níveis de vencimentos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 101/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O nível de vencimento do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Ocupacional II, e dos cargos efetivos pertencentes ao Grupo Ocupacional II, constantes da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, ficam reajustados em 46% (quarenta e seis por cento).

Art. 2º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, pertencentes aos Grupos Ocupacionais IV e V, com o respectivo Sub-Grupo, constantes no Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, ficam reajustados em 30% (trinta por cento).

Art. 3º - Os níveis dos vencimentos dos cargos em Comissão, constantes no Anexo I, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de

novembro de 1990, ficam reajustados em 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento).

Art. 4º - Os valores das funções gratificadas, ficam reajustadas em 30% (trinta por cento).

Art. 5º - Os valores das gratificações de representação de gabinete, ficam reajustados em 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento).

Art. 6º - O valor da gratificação de produtividade, fica fixado em Cr\$ 33.441,20 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros e vinte centavos).

Art. 7º - O valor do salário família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 1.072,60 (um mil, setenta e dois cruzeiros e sessenta centavos).

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(a) TRIBUNAL DE CONTAS

NIV/REF	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	722.769,69	823.957,44	939.311,48	1.070.815,09
2	505.938,78	576.770,20	657.518,02	749.570,54
3	477.027,99	543.811,91	619.945,57	706.737,94
4	377.063,01	429.851,84	490.031,10	558.635,45
5	352.736,36	402.119,45	458.416,17	522.594,42
6	315.377,58	359.530,44	409.864,70	467.245,77
7	292.016,28	332.898,57	379.504,36	432.634,97
8	268.654,97	306.266,66	349.143,99	398.024,15
9	245.293,67	279.634,78	318.783,66	363.413,38
10	221.932,37	253.002,91	288.423,32	328.802,58
11	204.000,00	232.560,00	265.118,40	302.234,97

Tabela de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico e dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigor a partir de 01 de abril de 1992.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 101/92

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

Designado a votar esta matéria anexa, analisando-a concluo pela sua aprovação, tendo em vista que a mesma atende às preliminares de constitucionalidade judicial e técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 101/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas, o Projeto de Lei em tela visa reajustar a partir de 1º de abril de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão segue o mesmo entendimento da Comissão supracitada, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 102/92 de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 47/92, que reajusta a partir de 01.04.92, os níveis de vencimentos do Quadro de Pessoal das Secretarias de Justiça e Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado.

## PROJETO DE LEI Nº 102/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, do Poder Judiciário, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em março de 1992, ficam, a partir de 1º de abril de 1992, reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo Único, desta Lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados na

mesma data, no percentual de 30% (trinta por cento):

I - os valores das Gratificações de produtividade e das Pensões Especiais; e

II - o valor do salário-família, por dependente legal.

Art. 3º - Os valores das gratificações de representação de Gabinete ficam reajustados em 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no art. 1º desta Lei, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de abril de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
1	298.796,56
2	280.867,42
3	262.940,99
4	245.011,68
5	227.087,03
6	219.481,50
7	204.243,31
8	Judiciário, 148.538,81
9	134.611,02
10	120.689,47
11	106.757,30
12	92.833,95

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	394.049,84
II	370.707,62
III	346.762,12

TABELA V  
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	353.329,34
2-C	326.317,31
3-C	301.225,74
4-C	278.235,65
5-C	261.541,51
6-C	245.849,02

## JORNADA DE TRABALHO

09	485.560,00	647.413,00
10	441.416,00	588.555,00
11	401.285,00	535.047,00
12	364.812,00	486.417,00
13	331.639,00	442.186,00
14	301.501,00	402.002,00
15	266.498,00	355.331,00
16	243.938,00	325.251,00

SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ABRIL/1992

## JORNADA DE TRABALHO

NÍVEL	30 H/SEM	40 H/SEM
01	959.280,00	1.279.040,00
02	872.008,00	1.162.677,00
03	792.698,00	1.056.931,00
04	720.611,00	960.815,00
05	655.118,00	873.490,00
06	545.956,00	727.941,00
07	454.962,00	606.615,00
08	379.147,00	505.530,00
09	315.966,00	421.287,00
10	274.712,00	366.283,00
11	238.892,00	318.522,00
12	207.725,00	276.966,00
13	180.633,00	240.844,00
14	150.550,00	200.733,00
15	142.399,00	189.866,00

TABELA VI  
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO  
SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	813.709,99
DAS-2	745.389,34
DAS-3	687.059,61
DAS-4	607.733,36
DAS-5	547.507,42

TABELA VII  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	20.663,10
2-F	17.540,79
3-F	15.467,71
4-F	12.415,91
5-F	11.346,93

SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.  
TRIBUNAL DE ALÇADA  
ABRIL/1992

NÍVEL	30 H/SEM	40 H/SEM
01	719.956,00	959.942,00
02	685.659,00	914.212,00
03	653.026,00	870.701,00
04	621.924,00	829.232,00
05	592.306,00	789.742,00
06	569.383,00	759.177,00
07	547.049,00	729.398,00
08	509.849,00	679.799,00

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 102/92

PARECER:

Senhor Presidente.

Designado por Vossa Excelência para relatar a presente matéria, analisando-a, concluo pela aprovação tanto no que diz respeito aos aspectos constitucional, legal e regimental quanto ao mérito, digo, bem como quanto ao mérito.

É o parecer.

Sala das Comissões, em  
(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES  
Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 102/92

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, objetiva reajustar a partir de 1º de abril de 1992, os níveis de vencimentos do Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada.

A presente proposta já foi devidamente analisada, pela Comissão de Constituição e Justiça que ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão, oferece seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL  
Presidente  
ALCEU SWAROWSKI  
Relator

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como nós já havíamos feito anteriormente, no encaminhamento da discussão desta matéria, na sessão anterior, e como bem colocou aqui o nobre Líder da nossa Bancada, Deputado Rafael Greca, nós voltamos, novamente, a ocupar a tribuna com o objetivo de esclarecer que em hipótese alguma fizemos um voto de "reboque" ou deixamos de protestar contra esta forma com que o

Governo do Paraná encaminha o reajuste do funcionalismo público a esta Casa.

Nós registramos que aqueles mesmos que criticaram os homens do Poder em épocas de ditaduras conservam as mesmas posturas quando não aceitam a discussão de tais matérias.

Deixamos bem claro. Não estamos indo à reboque de ninguém. Não estamos admitindo e protestamos quanto à forma de autoritarismo do executivo, não respeitando a discussão dentro do Poder Legislativo. Como também, neste momento, não podemos aceitar que o Poder Legislativo continue sendo tratado desta forma, e dá, quando isto acontece, total apoio à iniciativa da imprensa e da sociedade paranaense quando critica as decisões tomadas a nível deste Poder, porque não têm conhecimento do autoritarismo que faz o Poder Executivo em relação ao Legislativo, quando no sufoco do final de semana prolongado, manda Mensagem de suma importância, como esta, a exemplo do que fez no processo de autarquização das fundações públicas do Estado do Paraná.

Isto representa mais um desrespeito ao Poder Legislativo. Representa um grande desrespeito às suas instituições. E com certeza a Assembléia Legislativa, em hipótese alguma, mesmo votando aqui favoravelmente, em hipótese alguma, fecha com este tipo de desrespeito do Executivo para com o Legislativo. Devia-se dar tempo.

E nós temos o receio de que este mesmo procedimento venha a acontecer com relação ao "fundão", que é o Instituto de Previdência do Estado e com relação à proposta de regime jurídico único.

Lamentavelmente, quando se faz oposição, discute democracia. Quando se está no Poder, se esquece daquilo que se falava quando fazia o trabalho de oposição. E, lamentavelmente, o Governo do PMDB age, também, desta forma.

Mas, mais uma vez nós queremos registrar que não podemos ser contra a esta proposta de reajuste, mesmo vergonhosa, mesmo lamentável, não temos como ser contra porque a situação de vida, de sobrevivência do servidor público e de suas famílias é insustentável, é calamitosa, porque o Governo do Paraná, quando critica o Governo Federal, também, se esquece de dar exemplo, montando uma política salarial.

E, nós assistimos, nos influentes corredores desta Casa, nos influentes corredores de diferentes Secretarias, as manifestações do funcionalismo pela falta de uma política salarial séria, pela falta de uma política que represente, de fato, a dignidade do trabalhador do serviço público.

E nós queremos aqui deixar registrada a nossa posição de que não concordamos e

não estamos indo de repente; não estamos aqui para falar amém àquilo que quer o Poder Legislativo, mas estamos para apoiar as decisões que atendem aos interesses do povo do Paraná. Esta atende mingudadamente às defasagens em termos de salários dos servidores públicos e no momento de sacrifício e de desespero temos certeza de que não vai resolver, mas vai amenizar a crise pela qual passam os servidores.

Porque na época da discussão da data-base que arbitrariamente também tirou dos servidores públicos o Governo do PMDB, nós temos certeza de que esta Mensagem da forma como está colocada ameniza a situação calamitante, sofredora e desrespeitosa com que viveram os servidores no passado e com que vivem os servidores no presente por aqueles mesmos que condenavam os regimes autoritários das épocas passadas.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, não nos damos por satisfeitos ainda, com a decisão adotada por Vossa Excelência nem entendemos Senhor Presidente, que tenha havido qualquer tipo de fraude, qualquer tipo de incorreção na tramitação do Projeto 98/92, que é um projeto da maior importância, do maior alcance, porque pretende justamente instituir a gratificação de apoio educacional, a gratificação pelo local de exercício e a gratificação pelo exercício noturno, a ser atribuída, conforme especifica, aos professores e especialistas em educação do magistério público do 1º e 2º graus.

Consultando a assessoria da Mesa e verificando o projeto que se encontra à Mesa junto com Vossa Excelência, constatasse, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que existe parecer da Comissão de Finanças no projeto, devidamente aprovado o voto do relator e pelos Deputados que integram aquela comissão. Entendemos nós, Senhor Presidente, que, dada essa situação, encontra-se o projeto em condições de ser apreciado em Plenário.

Por esta razão, Senhor Presidente, antes de encerrarmos esta primeira sessão extraordinária, eu requeiro de Vossa Excelência que o projeto seja reincluído de imediato na Ordem do Dia, nós temos número aqui para deliberar, o regime que permite que Vossa Excelência, adote essa posição no sentido de que possamos votar também o Projeto nº 98/92 que confere benefícios que estão há muito sendo aguardados pelos servidores públicos estaduais, e em especial aos professores e a todos aqueles que integram o magistério público estadual.

Então, eu apelo a Vossa Excelência para que possamos ainda nesta primeira sessão extraordinária votar em primeira dis-

cussão este projeto, que recebeu parecer favorável na Comissão de Finanças, por onde o mesmo tramitou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já se pronunciou a respeito e fez retirar o Projeto de Lei da Ordem do Dia para que a Comissão de Constituição e Justiça seja ouvida dentro do prazo de quarenta e oito horas porque o projeto está em Regime de Urgência.

Repito, não houve fraude, apenas uma pequena dormida aqui do nosso assessor. Realmente, não foi à Comissão de Justiça o projeto, porque todos os projetos têm anotação na capa. Aqui só tem anotação da Comissão de Finanças.

Lamento não atender a Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, mais uma vez a Vossa Excelência porque não vê nenhum prejuízo na inclusão ainda

nesta primeira Sessão Extraordinária deste projeto, dado que o mesmo se reveste da maior importância e nós poderíamos, ainda hoje, também solucionar esta pendência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão da Mesa é mantida e é definitiva.

Sobre a mesa, requerimento de nº 486, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente. Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 095, 096, 097, 099, 100, 101 e 102/92.

Levanta-se a sessão.